

**REQUERIMENTO N°, DE 2008  
(Da Sra. Luiza Erundina de Sousa)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater as sugestões das entidades representativas da sociedade civil sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n° 233/2008, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

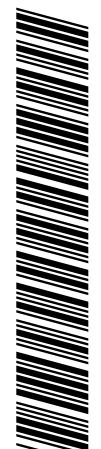
Requeiro desta Comissão de Legislação Participativa nos termos do Inciso III, do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, para debater as sugestões das entidades representativas da sociedade civil sobre a PEC n° 233/2008, que trata da reforma tributária.

Para a presente Audiência Pública, solicito sejam convidados, sem prejuízo de outros convites que se fizerem necessários, no caso da impossibilidade de comparecimento dos abaixo-relacionados:

- a) **Lina Maria Vieira**, secretária da Receita Federal do Brasil;
- b) ilustre Deputado **Antonio Palocci Filho**, presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária;
- c) ilustre Deputado **Sandro Mabel**, relator da PEC 233/2008;
- d) **Evilásio Salvador**, da Coordenação do Fórum Brasil de Orçamento (FBO) e do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC);
- e) **Daniel Cara**, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
- f) **Clemente Ganz Lucio**, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);
- g) **Silvio Sant'Ana**, representante da Pastoral da Criança da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

**JUSTIFICATIVA**

Tramita nesta Casa a mais recente tentativa governamental de se promover a reforma no Sistema Tributário Nacional, consubstanciada na PEC n° 233/2008 (apensada à PEC n° 31/2007).



A proposição foi admitida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e encontra-se agora na Comissão Especial para discussão do seu mérito.

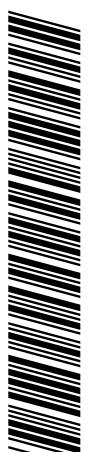
No âmbito da Comissão de Legislação Participativa, vêm ocorrendo importante debate sobre aspectos dessa Reforma, por iniciativa de entidades da sociedade civil organizada; exemplo disso foi a realização de Audiência Pública em meados de junho último.

Nesse contexto, registre-se a posse recente da nova secretária da Receita Federal do Brasil, Lina Maria Vieira, a qual já manifestou, em entrevista na edição do jornal Folha de S. Paulo, de 4 de agosto último, o seu desejo de acompanhar de perto as discussões no Congresso Nacional sobre a reforma tributária. E, nessa mesma oportunidade, discorreu, ainda que superficialmente, sobre temas importantes da reforma tributária em curso e que são muito sensíveis às entidades da sociedade civil, tais como a progressividade, a simplificação, a desburocratização e a desoneração tributária.

Assim, considerando-se a importância do papel cumprido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e o interesse da sociedade civil organizada em ouvir as opiniões na nova secretaria, nada mais útil e conveniente ao debate democrático que se promova tal oportunidade mediante a realização de Audiência Pública para a qual, além da secretaria, sejam também convidados os deputados presidente e relator da Comissão Especial e as entidades representativas da sociedade civil que já vinham participando desse debate.

Sala das comissões, em

**LUIZA ERUNDINA DE SOUSA**  
**PSB/SP**



4EAD2B6712